

TRABALHO RURAL, SAÚDE E AMBIENTE: AS NARRATIVAS DOS PRODUTORES DE FLOR FRENTE AOS RISCOS SOCIOAMBIENTAIS

MARINA FAVRIM GASPARINI¹, CARLOS MACHADO DE FREITAS²

Introdução

Ao longo do século XX e principalmente a partir da década de 1950, as intervenções humanas sobre o ambiente degradaram os ecossistemas mais intensivamente e extensivamente do que em qualquer outro período da história (MEA, 2005). O agravamento de fatores como desastres naturais e climáticos, questões relacionadas à segurança alimentar e perda de biodiversidade desafiam nossa capacidade de compreensão dos problemas e dificultam os esforços de intervenção, aumentando nossas incertezas relacionadas à atual crise socioambiental.

Atualmente, os processos produtivos predominantes no meio rural constituem um fator emblemático de mudanças nos sistemas de suporte à vida (MEA, 2005). Baseado no ideário do agronegócio, o modelo da agricultura empresarial – envolvendo a utilização maciça de insumos químicos, principalmente agrotóxicos e fertilizantes sintéticos –, tem produzido um volume crescente de impactos destrutivos sobre os ecossistemas, a qualidade de vida e as condições de saúde das comunidades locais. Trata-se de um modelo concentrador de renda e de terra, que demanda muita energia e água, que provoca a destruição de paisagens, a erosão dos solos, a diminuição das reservas hídricas, a perda de biodiversidade, a poluição das águas superficiais e

¹ Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina (2008), mestrado em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz (2012). Áreas de atuação/interesse: Avaliação de Risco, Percepção de Risco, Saúde & Ambiente, Enfoque Ecológico em Saúde, Desenvolvimento Territorial Sustentável. E-mail: marina.favrim@gmail.com

² Graduação em História pela Universidade Federal Fluminense (1989), mestrado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1992), doutorado em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz (1996) e pós-doutorado pelo Programa de Ciências Ambientais da Universidade de São Paulo (2007-2008). Pesquisador titular da Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, com atividades de pesquisa e ensino sobre temas da saúde ambiental, particularmente indicadores de sustentabilidade ambiental em saúde e enfoques ecossistêmicos em saúde. Nos últimos anos venho me dedicando as pesquisas e ensino sobre o tema da saúde nos desastres. E-mail: carlosmf@ensp.fiocruz.br

subterrâneas, condiciona os agricultores ao controle das multinacionais, ameaça a soberania alimentar, e ainda compromete a saúde tanto dos que trabalham na produção, quanto dos consumidores (ABRASCO, 2012).

No Brasil, se por um lado, a produção agrícola e agropecuária contribui de forma expressiva ao Produto Interno Bruto (PIB), por outro, o êxito econômico não se reflete na esfera social e, menos ainda, nas condições de trabalho e saúde dos trabalhadores do campo ou na degradação ambiental (DIAS, 2006).

Nesse contexto, desde 2008 o Brasil assumiu a liderança no ranking mundial de consumo de agrotóxicos (ANVISA, 2009), sendo que em 2009 foi registrada a aplicação recorde de volume desses produtos no país: pouco mais de um milhão de toneladas (SINDAG, 2010). O montante das vendas de agrotóxicos no Brasil em 2011 somaram US\$ 8,5 bilhões de dólares, quase o triplo do valor das vendas totais do ano de 2003.

Os efeitos danosos dos agrotóxicos atingem os seres humanos de maneira direta ou indireta. Os trabalhadores rurais são os mais diretamente expostos aos efeitos nocivos dos agrotóxicos. Pesquisadores estimam que, somente nos países em desenvolvimento, aproximadamente vinte e cinco milhões de trabalhadores/ano são contaminados por agrotóxicos (PERES; MOREIRA, 2003). Comunidades e consumidores distantes dos locais da produção são indiretamente expostos pela ingestão de alimentos ou águas contaminadas, além da poluição do ar e do solo, bem como dos sistemas biológicos (ABRASCO, 2012).

Pesquisas realizadas na Região Serrana do Rio de Janeiro revelam um elevado uso de agrotóxicos, que pode chegar a 56,5kg por trabalhador rural por ano – valor cinco vezes superior à média da região Sudeste e dezoito vezes maior que a média estadual (MOREIRA *et al.*, 2002). Além disso, Peres e Moreira (2007) apontam que um levantamento realizado pela Empresa Estadual de Pesquisa e Agropecuária do Rio de Janeiro (Pesagro-Rio), demonstrou que dos trinta e dois agrotóxicos mais utilizados na região serrana, dezessete sofrem sérias restrições em outros países, sendo que oito deles já foram proibidos.

Essa região é composta por um relevo acidentado e destaca-se principalmente por sua expressiva produção olerícola (legumes e hortaliças), destinada ao abastecimento de todo o estado. Caracteriza-se também pela presença significativa da agricultura familiar, com o predomínio de pequenas propriedades rurais (sítios de um a doze hectares), a policultura e o uso intenso de mão de obra familiar na produção agrícola (PERES; MOREIRA, 2007). Esse tipo de organização nuclear, segundo Peres e Moreira (2007), traz grandes desafios no enfrentamento dos problemas ambientais e de saúde relacionados ao uso de agrotóxicos, pois envolve além dos impactos socioambientais mencionados, a exposição de todo o núcleo familiar aos seus efeitos deletérios.

O município serrano de Nova Friburgo destaca-se na produção de flores, ocupando a segunda posição no ranking nacional de floricultura, sendo superado apenas por Holambra (SP).

Assim, a partir desse cenário e relevando as recentes transformações socioambientais da região Serrana fluminense (decorrentes do desastre de 2011), o

atual artigo apresenta e discute os principais resultados de uma pesquisa que analisou o processo produtivo de flores em localidades rurais de Nova Friburgo, com ênfase na compreensão das percepções e atitudes dos produtores de flor frente aos riscos associados ao seu processo de trabalho.

A área de estudo

O trabalho de campo foi realizado em duas comunidades rurais de Nova Friburgo – Stucky e Colonial 61 – as quais, que juntamente com a localidade de Vargem Alta, compõem o polo Florícola do município. Tais localidades foram escolhidas principalmente pelo fato de congregarem um universo menor de floricultores (cerca de quarenta) quando comparadas à maior localidade produtora de flores do município (Vargem Alta, que reúne cerca de duzentos e dez produtores), possibilitando uma melhor aproximação dos sujeitos da pesquisa.

Metodologia

A pesquisa foi produzida através de abordagem qualitativa, adotando as narrativas dos sujeitos analisados como o principal meio de aproximação da pluralidade de perspectivas destes indivíduos. Partiu-se de duas premissas importantes. Na primeira, a narrativa constitui um meio fundamental em que os indivíduos organizam sua compreensão do mundo e atribuem sentido às experiências passadas, compartilhando-as com outros indivíduos (GIBBS, 2009). Na segunda, como afirmam Douglas e Wildavisky (1982), em um livro seminal sobre a teoria social e cultural dos riscos, percepções e atitudes se relacionam diretamente aos modos de viver e trabalhar, pois a seleção das formas de organização social predispõe as pessoas a selecionarem determinados riscos em detrimento de outros riscos, além de formas de organização social.

Os procedimentos de coleta de dados envolveram a realização de entrevistas semiestruturadas (no total de vinte), observação descritiva, diário de campo (MINAYO, 2008) e levantamento de dados secundários. O levantamento de dados secundários baseou-se a revisão bibliográfica e análise documental de outras pesquisas técnicas e científicas já realizadas na área e em bancos de dados disponíveis sobre o tema (como por exemplo IBGE, SEBRAE/RJ, PESAGRO, EMATER, EMBRAPA e AFLORJ). Além disso, também foram acessados dados sobre a produção florícola do município diretamente na Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Nova Friburgo. E ainda, foi realizada a leitura das atas das reuniões da *Associação de Produtores, Moradores e Amigos do Stucky e Colonial 61* (APROMASC), desde sua criação (2004).

Após a apresentação dos objetivos da pesquisa e da assinatura do Termo de Consentimento³, foram entrevistados vinte produtores de flor. Inicialmente estava prevista a realização das entrevistas com todos os produtores das localidades abordadas, que somam quarenta. Entretanto, devido às dificuldades de acesso às áreas rurais

selecionadas nos meses que sucederam o desastre de 2011, o universo foi reduzido para vinte.

No total foram entrevistados dezoito produtores do sexo masculino e duas produtoras do sexo feminino. A idade dos sujeitos da pesquisa variou entre vinte e quatro e setenta anos (conforme ilustra o *Quadro 1*). Em relação à escolaridade, a maioria dos entrevistados (catorze) possui até cinco anos de estudo (*Quadro 2*). Além disso, todos os entrevistados trabalhavam na produção de flor há pelo menos cinco anos.

Quadro 1. Distribuição dos entrevistados por idade e sexo

Idade	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Total
21-30 anos	5	0	5
31-40 anos	6	1	7
41-50 anos	1	1	2
51-60 anos	3	0	3
61-70 anos	3	0	3
Total	18	2	20

Quadro 2. Distribuição dos entrevistados por escolaridade e sexo

Anos de estudo	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Total
Até a 5ª série do Ensino Fundamental	13	1	14
Até a 8ª série do Ensino Fundamental	2	0	2
Ensino Médio Incompleto	1	0	1
Ensino Médio Completo	2	1	3
Total	18	2	20

O trabalho de campo foi realizado entre os meses de junho e novembro de 2011. As entrevistas foram gravadas e transcritas, e este material foi revisado na busca de padrões recorrentes e discordantes, temáticas relevantes para os entrevistados e elementos norteadores.

Para a organização e análise dos dados foram definidas *categorias operacionais* e *categorias analíticas* (MINAYO, 2008), as quais balizaram a associação entre as narrativas dos entrevistados, os aportes teóricos, os dados documentais e as observações/reflexões do pesquisador.

Resultados

Características do trabalho local

Os produtores de flor entrevistados são nativos de Nova Friburgo e cultivam as flores em pequenas propriedades rurais (das quais normalmente são proprietários), fazendo uso de mão de obra essencialmente familiar para o trabalho. A incursão na produção agrícola aconteceu naturalmente, seguindo os passos das gerações anteriores, assim todos os entrevistados possuem tradição familiar no cultivo da terra. Além disso, normalmente os produtores entrevistados (ou seus antecessores familiares) em algum momento da vida trabalharam com a produção olerícola e posteriormente migraram para a produção de flores (cujas maiores expansões na localidade aconteceram a partir da década de 1990).

O trabalho de campo evidenciou que a produção de flores conquistou novos adeptos e segue em expansão principalmente devido às suas vantagens em relação à produção olerícola: demanda pouca área e possui um ciclo de produção curto, permitindo um rápido giro de capital.

O desenvolvimento da produção de flores nas comunidades abordadas é visto pelos produtores entrevistados como um fator determinante na melhoria das condições de vida das famílias locais. Conforme observaremos em trechos de algumas narrativas, a partir da produção de flores foi possível adquirir bens, mudar o padrão de consumo e ter acesso a determinados serviços.

“O que aconteceu é que aqui era um bairro bem pobre e com o passar de dez, doze anos com a produção de flor, se tornou um lugar bem mais rico em tudo [...] todo mundo pôde comprar seu carro, pôde comprar sua casa.” (Floricultor, 27 anos)

“As coisas mudaram muito para melhor. [...] O poder aquisitivo, hoje quase todo mundo tem moto, tem carro. Graças a Deus, tem condições de comer coisas que antigamente a gente não comia. [...] Tem acesso, de repente, a ter plano de saúde.” (Floricultor, 41 anos)

Mesmo sendo considerado mais atrativo do que a produção olerícola, o cultivo de flores também envolve uma rotina de trabalho exaustiva. Os produtores participam de todo o ciclo produtivo, desde a programação da produção, o preparo da terra, o

plântio, a adubação, a irrigação, o monitoramento de pragas, a aplicação de agrotóxicos, a realização de poda, a rotação de solo, o controle da iluminação artificial (nas espécies que necessitam deste recurso), a colheita, a seleção, o embalagem e o transporte até a comercialização dos produtos. Nesse contexto, é importante ressaltar que os produtores lidam com uma grande diversidade de variáveis para disporem de produção para comercializar semanalmente, e fazem isso apenas por meio de cálculos mentais (ou seja, sem o uso de nenhum outro recurso como a escrita das projeções em papel ou o uso de planilhas). E quanto maior o número de espécies de flores cultivadas, maior o número de variáveis, pois cada espécie tem suas características particulares de desenvolvimento. Nas propriedades visitadas o número de espécies cultivadas variou entre três e onze.

Conforme evidenciado pelos produtores, a aplicação de agrotóxicos acontece de uma a três vezes por semana, dependendo da espécie plantada e da época do ano. A compra dos agrotóxicos também é semanal e normalmente é realizada na própria propriedade rural a partir da visita regular dos representantes comerciais das indústrias de agrotóxicos. A comercialização das flores é feita predominantemente no Centro de Abastecimento do Estado da Guanabara (CADEG), localizado na capital do Rio de Janeiro.

Outro elemento importante destacado pelos entrevistados é que, embora os produtores estejam organizados associativamente desde 2004, o momento atual da associação tem sido pouco dinâmico e com baixa participação. Entre as possíveis explicações para esse momento de baixa mobilização social, os entrevistados indicaram (i) o fato de o cargo da presidência da associação estar ocupado por um indivíduo não nativo e que por isso não é reconhecido pela população como um representante dos interesses coletivos e (ii) a mudança na gestão da *Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural*, descrita anteriormente como presente na comunidade e envolvida em ações constantes de extensão rural, e caracterizada pelos entrevistados atualmente como distante da área rural.

Riscos ocupacionais e riscos socioambientais

Os riscos ocupacionais que receberam mais destaque nas narrativas dos produtores entrevistados foram: os riscos químicos (exposição a agrotóxicos e fertilizantes sintéticos); os riscos físicos (como a exposição à radiação solar) e os riscos relacionados com a organização do trabalho (como a divisão e o ritmo intenso de trabalho).

“A lavoura é muito difícil, é sol, é chuva, é veneno, espinho...” (Floricultor, 38 anos)

“Na flor a luta é cansativa. Muitas vezes a gente não tem nem o final de semana, não tem o feriado, não tem nada.” (Floricultor, 29 anos)

A etapa de comercialização, que envolve o deslocamento para o CADEG, é considerada muito cansativa. Os produtores fazem o transporte no início da noite, após um dia normal de trabalho. E precisam estar com a mercadoria organizada e

exposta no galpão das flores até às duas horas da manhã, quando abre o mercado e tem início a comercialização das flores. O retorno à Nova Friburgo acontece apenas depois das 12h do dia seguinte. Esse processo é realizado de uma até três vezes por semana e há casos em que os familiares se revezam para reduzir a exaustão.

Em relação aos riscos químicos especificamente, conforme é possível verificar no *Quadro 3*, o estudo identificou que três dos sete agrotóxicos mais utilizados pelos produtores de flor entrevistados (*Dithane*, *Antracol* e *Infinito*) possuem classe toxicológica I ou II – ou seja, são extremamente tóxicos ou altamente tóxicos ao ser humano –; e cinco dos sete agrotóxicos mais utilizados (*Dithane*, *Decis*, *Vertimec*, *Infinito* e *Nativo*) possuem classe ambiental I ou II – são produtos altamente perigosos ou produtos muito perigosos ao meio ambiente. Além disso, dois destes sete agrotóxicos mais utilizados (*Vertimec* e *Cefanol*) possuem princípios ativos que estão em processo de reavaliação toxicológica pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

Outra questão importante que diz respeito aos riscos químicos é o fato da floricultura ser uma atividade agrícola que reconhecidamente demanda o uso intenso de agrotóxicos, com o objetivo de atingir padrões desejáveis de qualidade para a comercialização, sem que haja o mesmo rigor de controle de resíduos como há no caso da produção de alimentos.

E, ainda, há grande proximidade entre as casas dos produtores e os canteiros de flor, constituindo um fator preocupante de contaminação química do ambiente peridomiciliar e intradomiciliar. Inclusive as pequenas hortas para subsistência presentes nas propriedades também são rodeadas pelos canteiros de flor.

O estudo também identificou a baixa adesão do uso de equipamentos de proteção individual (os próprios entrevistados indicaram a não utilização ou uso de apenas parte dos equipamentos no momento da aplicação dos agrotóxicos) e limites com o descarte das embalagens de agrotóxicos (os entrevistados apontaram a demora por parte dos representantes comerciais das indústrias químicas na retirada das embalagens).

Percepção dos riscos

Durante as entrevistas realizadas, quase a metade dos produtores de flor entrevistados (nove produtores) expressou que o manejo dos agrotóxicos é o aspecto mais negativo ou de maior preocupação da sua atividade produtiva. Entre os demais entrevistados, foram apontados como principais aspectos negativos de seu trabalho a jornada exaustiva, com pouco tempo para descanso e lazer (para cinco entrevistados) e o alto custo financeiro dos agrotóxicos (para dois entrevistados).

Os quatro entrevistados restantes expressaram não identificar nada de negativo em sua atividade produtiva. De qualquer forma, tanto nas entrevistas em que o uso de agrotóxicos foi apontado como uma preocupação central, como nas demais, o uso deste aparece invariavelmente no discurso de todos os produtores por diversos motivos.

Quadro 3. Agrotóxicos mais citados pelos entrevistados e sua classificação

Em quantas entrevistas foi citado	Classificação (nome comercial, princípio ativo, ação, grupo químico, classe toxicológica e classe ambiental)
15	Nome comercial (princípio ativo): <i>Dithane</i> (Mancozebe) Ação: fungicida Grupo químico: <i>Alquilenobis</i> (Ditiocarbamato) Classe toxicologia: I (extremamente tóxico) Classe ambiental: II (Produto muito perigoso)
10	Nome comercial (princípio ativo): <i>Antracol</i> (Propinebe) Ação: fungicida Grupo químico: <i>Alquilenobis</i> (Ditiocarbamato) Classe toxicologia: II (altamente tóxico) Classe ambiental: IV (produto pouco perigoso)
10	Nome comercial (princípio ativo): <i>Decis</i> (Deiltametrina) Ação: Inseticida Grupo químico: <i>Piretroide</i> Classe toxicologia: III (medianamente tóxico) Classe ambiental: I (produto altamente perigoso)
10	Nome comercial (princípio ativo): <i>Vertimec</i> (Abamectina) Ação: Inseticida Grupo químico: <i>Avermectina</i> Classe toxicologia: III (medianamente tóxico) Classe ambiental: II (produto muito perigoso)
8	Nome comercial (princípio ativo): <i>Infinito</i> (Fluopicolide / Cloridrato de propamocarbe) Ação: Fungicida Grupo químico: <i>Benzamida / Carbamato</i> Classe toxicologia: II (altamente tóxico) Classe ambiental: II (produto muito perigoso)
5	Nome comercial (princípio ativo): <i>Cefanol</i> (Acefato) Ação: Inseticida Grupo químico: <i>Organofosforado</i> Classe toxicologia: III (medianamente tóxico) Classe ambiental: III (produto perigoso)
5	Nome comercial (princípio ativo): <i>Nativo</i> (Tebuconazol / Trifloxistrobina) Ação: Fungicida Grupo químico: <i>Triazol / Estrobilurina</i> Classe toxicologia: III (medianamente tóxico) Classe ambiental: II (produto muito perigoso)

Fonte: Classificação dos agrotóxicos elaborada com base no AGROFIT - Sistema de Agrotóxicos Fitossanitários, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Em relação a possíveis problemas de saúde desencadeados pelos agrotóxicos, entre os entrevistados prevaleceu uma postura de minimização ou relativização dos riscos. Houve principalmente (i) depoimentos indicando que os possíveis problemas de saúde são relativos à sensibilidade do organismo do próprio trabalhador rural; (ii) depoimentos relativizando a ocorrência de problemas de saúde ao modo de trabalho de cada produtor e (iii) depoimentos minimizando a própria toxicidade e periculosidade dos produtos químicos.

“Tem pessoas que foram condenadas a não poder trabalhar mais com veneno. [...] Mas é o caso de pessoas que não se dão mesmo com o veneno. Tem pessoas que começam a pulverizar e logo sentem dor de cabeça, é sintoma de que não estão se adaptando bem.” (Floricultor, 70 anos)

“Depende o jeito de a pessoa trabalhar, eu acho que pode causar [algum dano à saúde], mas se a pessoa tiver cuidado... [...] Depende muito também da saúde da pessoa, do corpo da pessoa. Tem gente que trabalha a vida inteira e nunca deu problema nenhum; já tem outros que nunca trabalharam com isso e a coisa se complicou para o lado deles.” (Floricultor, 61 anos)

“Dithane, Manzate são defensivos fraquinhos, que só enriquecem a folha, como preventivo para não dar doença” (Floricultor, 70 anos) [Ambos produtos citados pelo produtor tem classe toxicológica I (extremamente tóxico) e classe ambiental II (produto muito perigoso)]

A minimização ou subestimação da toxicidade dos produtos químicos foi ainda mais acentuada no caso do herbicida glifosato (o popular “mata-mato”). Foi muito comum presenciar, durante o trabalho de campo, a aplicação do glifosato pelos produtores de flor, com o uso da bomba costal e sem qualquer tipo de proteção. Reforçando discursivamente, quando questionados, a ideia que se popularizou no Brasil de se tratar de um produto “fraquinho” (LONDRES, 2011).

Por outro lado, alguns produtores entrevistados – normalmente mais jovens – expressaram preocupação com o desenvolvimento de futuros problemas de saúde.

“É muito veneno, muito agrotóxico, muito troço brabo [...] para combater a doença e isso, com o tempo, pode fazer mal.” (Floricultor, 26 anos)

Em relação à vivência de episódios de intoxicação, os relatos normalmente foram descritos na terceira pessoa, indicando casos vivenciados por outros indivíduos que não o próprio entrevistado.

Apenas uma produtora assumiu ter tido problemas de saúde por intoxicação a agrotóxicos, a ponto de se afastar de parte das atividades produtivas por recomendação médica. Esta produtora, a partir da sua vivência, apontou importantes diferenciações de gênero no regime do uso de agrotóxicos.

“Os homens aí dizem que a gente é fresca, mas infelizmente o cheiro daquilo é insuportável. Eu acho muito mais fácil lidar com flor do que a época em que a gente lidava com legume, que era muito pesado. Mas só que infelizmente o agrotóxico me faz mal. [...] Os homens não levam a sério [os riscos dos agrotóxicos], mas eu como mulher, tenho muito medo. [...] Homem para ir ao médico tem que estar quase com o pé na cova.”
(Floricultora, 48 anos)

Nesse sentido, o manejo dos agrotóxicos é considerado uma tarefa essencialmente masculina. E embora as mulheres participem ativamente de várias fases da produção relacionadas ao contato com os agrotóxicos (como por exemplo, o monitoramento das plantações após a aspersão do insumo químico, a colheita, a separação e a amarração das flores), prevalece certa invisibilidade da exposição destas mulheres aos agrotóxicos. E ainda, a figura feminina é tida pelos homens rurais como frágil e pouco resistente.

Outro comportamento que foi possível notar durante o trabalho de campo é que em todas as propriedades há uma tendência a poupar os produtores com idade mais avançada na etapa de aplicação de agrotóxicos. Conforme os produtores envelhecem, migram para o cultivo das espécies que demandam menos agrotóxico e os produtores mais novos assumem suas antigas posições.

Em relação ao uso de equipamentos de proteção individual, os produtores identificaram diversas limitações na proteção efetiva oferecida pelo equipamento (principalmente em relação à permeabilidade e fragilidade do material), além de dificuldades no uso e desconfortos.

“A gente coloca sempre uma roupa velha por baixo, senão passa muito rápido [...] Essa roupa [macacão] protege muito pouco, muito pouco mesmo. É só pra ter uma roupa só pra você fazer aquilo ali.” (Floricultor, 26 anos)

“Por ser uma roupa de proteção, eu acho que ela não protege nada. [...] Se você sulfatar uma lavoura, por exemplo, uma rosa, e você esbarrar na plantação, a roupa rasga. Não vence comprar.” (Floricultor, 29 anos)

“O próprio remédio começa a penetrar e quando vê tá molhado. É pior do que, às vezes, uma roupa comum.” (Floricultor, 24 anos)

“Você fica igual a um astronauta trabalhando dentro da roça.”
(Floricultor, 27 anos)

Além disso, diversos relatos também evidenciaram a importância que os produtores atribuem aos sentidos (principalmente ao olfato) como “meio de identificação da toxicidade” do agrotóxico. Produtos com odores mais fortes são considerados como mais tóxicos pelos produtores e recebem uma atenção especial na criação de estratégias defensivas.

“Vou ser sincero contigo, você bota aquela máscara, mas tem agrotóxico que não adianta. Você pode botar aquela de dois filtros do

lado, mas você sente o cheiro de qualquer jeito. [...] Tem um veneno aí que é um pó, que Deus me perdoe, aquilo é pior do que aquele cheiro de quando você tá chegando no Rio de Janeiro. Aquilo é muito enjoado, você bota qualquer tipo de máscara, aquilo atravessa a máscara. [...] Com esses produtos tem que cuidar mais ainda.” (Floricultor, 25 anos)

Em relação à identificação de possíveis riscos ambientais relacionados com a contaminação de água, solo e ar por agrotóxicos, o discurso da maior parte dos entrevistados limitou-se ao cuidado com o descarte das embalagens (cuidados com a estocagem das embalagens vazias até que os representantes comerciais que as venderam retornem para retirá-las).

No exercício de refletir sobre possíveis alternativas ao uso de agrotóxicos, todos os entrevistados apontaram o uso desses produtos químicos como um mal-necessário, argumentando que não há produção se não houver o controle químico das pragas. Alguns entrevistados ainda indicaram a responsabilidade de pesquisadores das indústrias químicas no desenvolvimento de agrotóxicos mais eficientes e menos agressivos à saúde humana e ao ambiente.

“Se deixar sem agrotóxico, não produz nada não.” (Floricultor, 33 anos)

“Nessa área nossa [de produção de flor] é bem difícil imaginar uma alternativa para isso. É bem difícil porque é muito infestado com pragas.” (Floricultor, 35 anos)

“A única maneira que tem é a gente ir levando assim mesmo. Isso não é a gente que muda, são eles que mudam. Os laboratórios que vão fazendo novas pesquisas, tiram um produto de linha e botam outro.” (Floricultor, 70 anos)

Além disso, o uso de estufas (capazes de reduzir em até 50% o uso de agrotóxicos, de acordo com as estimativas dos próprios produtores), também apresenta-se como uma possibilidade pelos entrevistados, entretanto ainda pouco viável pelo alto investimento financeiro necessário.

O desastre de janeiro de 2011

Em janeiro de 2011, a região serrana do Rio de Janeiro viveu o que tem sido considerada a maior tragédia climática da história do país, Nova Friburgo foi o município mais afetado.

Nesse contexto, embora as localidades abordadas neste estudo não estejam entre os bairros mais atingidos pelo desastre em Nova Friburgo, os efeitos desse episódio marcaram a vida da população de Stucky e Colonial 61. Marcaram de tal forma, que embora o desastre não constituísse o foco da pesquisa, precisou ser abordado e incorporado ao estudo.

Essa relevância é destacada pelos entrevistados em função do grau inédito das consequências na área.

“O que aconteceu foi muito feio. Vinha chovendo há uns quinze dias, aquela chuva mansa, só encharcando o solo. Aí, conclusão da história, a terra tava pesada, encharcada, e de repente veio aquele chuveiro naquela noite [madrugada do dia 11 para o dia 12 de janeiro de 2011], que não parecia chuva não [...]. Lugar que a gente nem pensou que caia, caiu. [...] E chuva que Deus dava. A luz acabou, o telefone acabou. A gente só via alguma coisa quando davam aqueles relâmpagos. [...] Essas pedreiras que tem aqui, a gente só escutava o barulho que parecia que o mundo tava acabando. Era pedra dando cabeçada uma na outra, aquele barulheiro. E quando caía na vegetação embaixo, na capoeira, no mato, aquela quebraria de pau. Aquilo dava um susto na gente. Tudo escuro, você não via nada. E a água subindo, a água subindo. [...] Graças a Deus aqui na minha casa não aconteceu nada mais grave. [...] Aqui ainda que não foi tanta coisa, teve outros lugares que desceu o morro inteirinho. [...] A gente pede a Deus que nunca mais aconteça um negócio desse.” (Floricultor, 70 anos)

Entre os produtores entrevistados e seus familiares não existiram vítimas, apenas prejuízos financeiros. Para lidar com este prejuízo e retomar a produção, os floricultores entrevistados fizeram uso de suas próprias reservas. E, posteriormente, a partir de julho de 2011, aqueles que tiveram perdas materiais expressivas cadastraram-se para receber ajuda financeira do Banco Mundial.

Em relação às providências do governo municipal após o desastre, os entrevistados demonstraram muita insatisfação. Apesar de reconhecerem a proporção dos estragos, questionaram a demora nas ações, a má qualidade dos serviços prestados pelas empresas terceirizadas contratadas, a maneira como tem sido aplicada a verba que a prefeitura recebeu e a ausência de diálogo com as comunidades para estabelecer as ações prioritárias.

Por outro lado, os depoimentos também indicaram o fortalecimento dos laços comunitários e dos mecanismos de cooperação entre a população de modo geral após o desastre.

Em relação às possíveis causas do desastre, durante as entrevistas prevaleceu o tratamento do fenômeno de janeiro de 2011 como um evento essencialmente natural, sem qualquer menção a possíveis interferências humanas.

Discussão

Os agrotóxicos aparecem como um elemento central da produção, ainda que não relacionados diretamente a preocupações de saúde e ambientais, e perpassam todas as narrativas, seja por seu alto custo, pela “vantagem” de receber o representante comercial em visitas domiciliares, pelo fato da floricultura ser reconhecidamente uma

atividade agrícola que demanda uso intenso de agrotóxico, por questões de produtividade, entre outros fatores. E, nesse sentido, em todos os casos, o discurso e a prática dos trabalhadores rurais entrevistados em relação ao regime de uso de agrotóxicos encontram-se permeados por ambiguidades e dilemas.

Por um lado os riscos de contaminação química são parcialmente conhecidos pelos produtores de flor, por outro estes trabalhadores rurais desenvolvem mecanismos de adaptação frente aos riscos (que passam por sua reinterpretação, minimização, relativização ou mesmo negação) como meio de viabilizar a continuidade da atividade profissional. Encontramos neste caso o que Giddens (1991) denomina de uma aceitação pragmática, em que o foco em sobreviver implica um entorpecimento, uma vez que reconhecer a existência de um risco significa aceitar não só a possibilidade das coisas saírem erradas, mas também a falta de possibilidade de serem eliminadas (p.112 e 137). Nesta perspectiva, a aceitação pragmática envolve um contínuo processo de relativização em que os riscos são deslocados para outros lugares ou outras pessoas.

Como foi apontado um tipo de relativização recorrente nas narrativas foi o de que os riscos de contaminação química estão associados ao modo de trabalho de cada produtor. Os entrevistados reproduziram em seu discurso a noção de uso seguro dos agrotóxicos, ou seja, reproduziram a tese defendida pela indústria química, e mesmo por técnicos e alguns grupos de pesquisadores (LONDRES, 2011), de que se os produtores rurais seguirem as recomendações oficialmente indicadas pelos fabricantes, não haveria riscos de intoxicação humana ou de contaminação ambiental. E, nesse sentido, a negligência (ou o “mau-uso” dos agrotóxicos) por parte dos produtores rurais é expressa nos relatos dos próprios entrevistados como a causa dos riscos de danos à saúde e ao ambiente.

A fragilidade dessa ideia tem sido discutida por diversos pesquisadores, por basear-se num enfoque “simplista e maniqueísta” (SOBREIRA; ADISSI, 2003; GUIVANT, 2000). A noção de uso adequado dos agrotóxicos baseia-se em complexas prescrições operacionais – no que diz respeito aos produtos a serem escolhidos, doses, condições gerais de aplicação entre outras variáveis –, praticamente impossíveis de serem seguidas à risca na prática, e também desconsidera a vulnerabilidade da população usuária, assim como os diversos meios ocupacionais de sua inserção. O que na prática serve para responsabilizar exclusivamente os produtores rurais pelos riscos de contaminação humana e ambiental e impactos negativos gerados.

Outro tipo de relativização frequentemente expressa nas narrativas, relaciona os riscos de contaminação química a características individuais de cada produtor (como idade e sexo, por exemplo). Tais características tornariam determinadas pessoas mais ou menos vulneráveis aos agrotóxicos.

Apesar de partir do pressuposto de que a variabilidade humana em termos genéticos e fisiológicos implica em uma diferença de sensibilidade a substâncias químicas de uma maneira geral, a relativização expressa pelos entrevistados distancia-se desse pressuposto e aproxima-se muito mais de uma construção social que estabelece que existem sujeitos invulneráveis aos agrotóxicos e outros que não se adaptam a esta realidade porque são mais frágeis – como designa o conceito de *vulnerabilidade seletiva*

proposto por Fonseca *et al.* (2007). Essa noção foi reforçada nas entrevistas realizadas, principalmente em relação às mulheres e aos homens que não têm o hábito de lidar com o agrotóxico, referidos como mais vulneráveis.

Nesse contexto, a pesquisa confirmou o que outros estudos (PAULILO, 1987; BRUMER; ANJOS, 2008) apontaram sobre a questão de gênero no meio rural: normalmente as mulheres ocupam uma posição subordinada, na qual seu trabalho é pouco valorizado (geralmente classificado como “leve” e encarado apenas como uma “ajuda”), predominando a invisibilidade de sua exposição ocupacional aos agrotóxicos. No caso da produção de flores, as mulheres (além de cuidarem dos afazeres domésticos e dos filhos) normalmente atuam na colheita, separação, contagem e embalagem da produção, ou ainda, no cultivo das variedades de flores que exige maior delicadeza.

Durante o trabalho de campo, verificou-se como as mulheres assumem essa subordinação e desvalorização construídas socialmente. Elas próprias atribuem ao seu trabalho o caráter de “ajuda”. Esse fato é em parte responsável, inclusive, pelo baixo número de mulheres entre os entrevistados. Já que várias não se dispuseram a participar da pesquisa, alegando que o marido é quem deveria ser consultado, por deter mais conhecimento sobre a produção, visto que elas, enquanto esposas, apenas “ajudam”.

Além disso, outro elemento interessante evidenciado nos relatos dos entrevistados indica que os produtores são seletivos quanto às evidências de risco aos agrotóxicos. Elementos que são facilmente captados pelos nossos sentidos, como o cheiro do agrotóxico, por exemplo, recebem uma importância maior na criação de estratégias defensivas. Produtos com odores mais fortes são considerados como mais tóxicos pelos produtores. Ou seja, frequentemente estes indivíduos relacionam a toxicidade dos produtos ao que alguns sentidos podem perceber (especialmente o olfato e a visão – esta última normalmente relacionada com os efeitos aparentes da intoxicação por agrotóxicos, como por exemplo, reações cutâneas). O que faz com que os produtores se exponham mais a produtos cuja toxicidade é menos “palpável” aos sentidos.

Nesse contexto, Beck (2010) argumenta que os riscos da modernização normalmente escapam à percepção sensorial humana:

Aquilo que prejudica a saúde e destrói a natureza é frequentemente indiscernível à sensibilidade e aos olhos de cada um [...]. Muitos dos novos riscos (contaminações nucleares ou químicas, as substâncias tóxicas nos alimentos e enfermidades civilizacionais) escapam inteiramente à capacidade perceptiva humana imediata. (p. 32)

Outro ponto interessante em relação ao sentido da visão é a ambiguidade entre a beleza inegável dos canteiros de flor – em suas múltiplas formas e cores –, e a invisibilidade dos agentes tóxicos que são responsáveis pela obtenção de tais padrões de qualidade para comercialização. Em que medida a beleza serve também para camuflar o perigo? Em diversos relatos, os produtores reforçaram a exaltação da perfeição das formas das flores, enfatizando o quanto os canteiros de produção embelezam as comunidades.

Um elemento central que esteve presente em todas as entrevistas e interfere de modo determinante para que estes produtores aceitem a situação de risco é a transformação econômica que a floricultura possibilitou na vida das famílias e nas localidades abordadas como um todo. Nesse sentido, é estabelecida uma relação de custo-benefício, na qual os riscos para os indivíduos tornam-se aceitáveis quando comparados com os possíveis benefícios que eles possam vir a trazer. Ou seja, nesta perspectiva, os benefícios alcançados – principalmente aqueles relacionados com a melhoria das condições de vida das famílias – constituem um elemento fundamental para a aceitação “voluntária” do risco de contaminação por agrotóxicos.

Durante as entrevistas, o caráter determinista acerca do uso de agrotóxicos foi constantemente reforçado pelos produtores. Via de regra, os relatos expressaram que sem o uso dos agrotóxicos não há produção para colher. Este determinismo torna tênue o limite entre a aceitação pragmática proposta por Giddens e o pensamento denominado *fatalismo químico*, proposto por Guivant (1998). Um pensamento que não só aceita pragmaticamente o uso de agrotóxicos, mas que exclui outras alternativas que eliminem o uso dos mesmos.

Esta mesma autora discute o quanto a percepção da disponibilidade de alternativas é fundamental para que os danos ambientais sejam reconhecidos socialmente como relevantes. Visto que “quando as pessoas se encontram em situações nas quais as alternativas são difíceis de visualizar, tendem a negar sua condição de atingidos” (GUIVANT, 1998, p.28).

Finalmente, os produtores de flor entrevistados encontram-se imersos em um contexto que requer ainda mais atenção, devido às transformações socioambientais recentes na área, geradas pelo desastre ocorrido na região serrana em janeiro de 2011. Ainda que Stucky e Colonial 61 tenham sido pouco afetados em comparação a outras localidades de Nova Friburgo, esse episódio exerceu um impacto significativo na vida da população local devido às suas proporções inéditas.

Em relação ao estabelecimento de suposições causais para o desastre de 2011, prevaleceu no discurso dos entrevistados a visão de um “fenômeno natural”, não sendo estabelecidas quaisquer relações com atividades antrópicas. Esta visão prevalecia tanto nos meios de comunicação de massa, como no senso comum, propagando a ideia de que a maior parte das áreas onde ocorreram deslizamentos de terra continha cobertura vegetal que ainda não havia sido tocada.

Em contrapartida, o relatório publicado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) (BRASIL, 2011), um mês após o desastre, avaliando a área atingida, trouxe dados relevantes a respeito da magnitude das ações humanas neste cenário, demonstrando que 92% dos deslizamentos ocorreram em áreas que sofreram algum tipo de alteração antrópica.

Em relação ao pós-desastre, todos os depoimentos expressaram forte sensação de insegurança e incertezas frente à chegada de mais uma temporada de chuvas. Esta sensação tinha como pano de fundo o contexto de investigações do Ministério Público devido às suspeitas de irregularidades por parte da gestão municipal no uso dos recursos federais destinados à recuperação e reconstrução do município e que resultou,

posteriormente, no afastamento do prefeito. Neste contexto, insegurança e incertezas eram acompanhadas de relatos indicando desconfiança e insatisfação em relação ao trabalho desempenhado pela prefeitura municipal.

Por outro lado, paralelamente à fragilização da relação de confiança com o poder local, as relações e laços comunitários parecem ter sido reforçadas. Entre as respostas sociais desenvolvidas pelos indivíduos e comunidades que sofreram o impacto desse desastre – após o choque inicial –, prevaleceram mecanismos de solidariedade e colaboração.

Como observa Giddens (1991), as noções de segurança, incertezas e confiança estão intimamente relacionadas, já que a primeira envolve a crença comum na continuidade e constância (certezas) dos ambientes de ações social e material circundantes, requerendo a confiança nas pessoas ou coisas (objetos e produtos). Neste caso, a desconfiança para com um poder local e aparentemente próximo dos produtores, mas ao mesmo tempo frágil e ausente, contrasta com a confiança no poder global e distante das indústrias químicas, forte e constantemente presente através de seus representantes comerciais oferecendo segurança e vendendo a “certeza” de uma vida melhor. São nestas relações de confianças e desconfianças que prosperaram as percepções de incertezas e insegurança em relação aos desastres sobre os quais consideram que não possuem nenhum controle sobre suas origens, bem como sobre os riscos dos agrotóxicos sobre os quais cada um considera que tem algum controle.

Conclusões

O estudo verificou localmente como os impactos socioambientais associados aos processos produtivos agrícolas caracterizam-se como um problema complexo de saúde coletiva e ambiental, sendo a contaminação química um dos principais agravantes.

Nesse contexto, a aproximação da produção de flores nas duas localidades abordadas de Nova Friburgo evidenciou de que maneira um conjunto de trabalhadores rurais encontra-se significativamente vulnerável aos efeitos nocivos dos agrotóxicos. Além disso, reforçou a centralidade que a percepção de riscos exerce enquanto mediadora entre o conhecimento dos produtores acerca dos riscos associados ao seu processo de trabalho e seu comportamento frente aos mesmos.

O exercício de contextualizar os principais determinantes, tanto de ordem estrutural como os mais específicos envolvidos nesse processo, demonstrou que no nível local prevalecem: a contaminação do ambiente intra-familiar; a carência de assistência técnica (normalmente recebem assistência apenas dos representantes vinculados ao comércio dos agrotóxicos); a baixa escolaridade e as informações pouco claras contidas nos rótulos e bulas de agrotóxicos; a necessidade de atingir altos padrões de qualidade para a comercialização das flores; a ausência de percepção de alternativas frente ao uso destes produtos químicos e a carência de mecanismos de controle e fiscalização.

Ao mesmo tempo, tendo em vista os determinantes estruturais, os produtores de flor das localidades abordadas estão inseridos em um cenário nacional e global complexo,

em que são destaque: a liderança mundial brasileira no consumo de agrotóxicos desde 2008; as políticas governamentais nacionais de incentivo à cadeia produtiva do agronegócio; a existência de uma forte pressão das grandes corporações industriais do setor químico; as limitações das estatísticas oficiais distantes de refletir a dimensão concreta do problema no país; os inúmeros desafios relacionados aos processos de identificação e mensuração dos impactos dos agrotóxicos na saúde humana e no ambiente; a prevalência em escala mundial do ideário de crescimento econômico a qualquer custo; a intensificação da ocorrência de desastres.

É neste amplo e complexo contexto que se encontram os riscos vivenciados localmente por aqueles que produzem flor, exigindo que o enfrentamento dos riscos envolva abordagens que incorporem simultaneamente as dimensões subjetivas e objetivas dos problemas. Isto significa combinar desde estratégias de comunicação de riscos que considerem as percepções (riscos, incertezas e segurança) e as relações de confiança entre as várias partes (DE MARCHI; RAVETZ, 1998; DI GIULIO *et al.*, 2010), até mudanças estruturais nas formas de organização social da vida e do trabalho, e em última instância transformações no modelo de desenvolvimento.

Nota

ⁱ A pesquisa atendeu a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde e foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, em 2011, estando registrada sob o número de protocolo 98/11.

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ANVISA. Reavaliação de agrotóxicos: 10 anos de proteção a população. **Anvisa Publica – Notícias da Anvisa** (online), Brasília, 2 de abril de 2009. Disponível em: <<http://www.anvisa.gov.br/divulga/noticias/2009/020409.htm>>. Acesso em: 20 mar 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA – ABRASCO. **Dossiê ABRASCO – Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde** (Partes I, II e III). Rio de Janeiro: ABRASCO, 2012. Disponível em: <<http://greco.ppgi.ufrj.br/DossieVirtual/>>. Acesso em: 07 dez 2012.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: Editora 34, 2010, 368p.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA. Relatório de Inspeção – Área atingida pela tragédia das chuvas Região Serrana do Rio de Janeiro / Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Brasília: MMA/SBF, 2011.

BRUMER, Anita; ANJOS, Gabriele dos. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. **Revista NERA**. Presidente Prudente, ano 11, n°12, p.6-17, jan.-jun. 2008.

DE MARCHI, Bruna; RAVETZ, Jeromy. Risk management and governance: – a post-normal science approach. **Futures**, v. 31, p. 743-757, 1999.

DI GIULIO, Gabriela Marques *et al.* Comunicação e governança do risco: a experiência Brasileira em áreas contaminadas por chumbo. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 13, n. 2, p. 283-297, dez 2010.

DIAS, Elizabeth Costa. Condições de vida, trabalho, saúde e doenças dos trabalhadores rurais no Brasil. **Saúde do Trabalhador Rural – RENAST**, 2006. Disponível em: <http://www.medicina.ufmg.br/dmps/2006/saude_trabalhador_rural.pdf>. Acesso em: 25 fev 2011.

DOUGLAS, Mary; WILDAVSKY, Aaron. **Risk and Culture: An essay on the selection of technical and environmental dangers**. Berkeley: University of California Press, 1982.

FONSECA, Maria das Graças Uchoa *et al.* Percepção de risco: maneiras de pensar e agir no manejo de agrotóxicos. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p.39-48, 2007.

GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos**. Tradução: Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009, 198p.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991, 177p.

GUIVANT, Julia S. A trajetória das análises de risco: da periferia ao centro da teoria social. **BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, n.46, p. 3-38, 2ºsem,1998.

GUIVANT, Julia S. Reflexividade na sociedade de risco: conflitos entre leigos e peritos sobre agrotóxicos. In: FREITAS, Carlos Machado *et al.* (Orgs.). **Qualidade de Vida & Riscos Ambientais**. Niterói: Eduff, 2000, p 281-303.

LONDRES, Flávia. **Agrotóxicos no Brasil – um guia para ação em defesa da vida**. Rio de Janeiro: AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, 2011.

MEA – MILLENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT. **Ecosystems and Human Being – Synthesis**. Washington: Island Press, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento – pesquisa qualitativa em saúde**. 11ªEd. São Paulo: Hucitec, 2008, 407p.

MOREIRA, Josino Costa *et al.* Avaliação integrada do impacto do uso de agrotóxicos sobre a saúde humana em uma comunidade agrícola de Nova Friburgo, RJ. **Ciênc. saúde coletiva**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 299-311, 2002.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. O peso do trabalho leve. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro: SBPC, v.5, n.28, p. 64-70, jan./fev, 1987.

PERES, Frederico; MOREIRA, Josino Costa. **É veneno ou é remédio? Agrotóxicos, saúde e ambiente**. PERES, F. (Org.). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003, 384 p.

PERES, Frederico; MOREIRA, Josino Costa. Saúde e ambiente em sua relação com o consumo de agrotóxicos em um pólo agrícola do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro: vol.23, suppl.4, p. S612-S621, 2007.

SINDAG. Brasil ganha destaque na indústria de defensivos. In: Sindag News online, 17 Mai 2010. Disponível em: <http://www.sindag.com.br/noticia.php?News_ID=2019>. Acesso em: 05 Jan 2011.

SOBREIRA, Antônio Elísio Garcia; ADISSI, Paulo José. Agrotóxicos: falsas premissas e debates. **Ciênc. saúde coletiva**. São Paulo, vol.8, n.4, p. 985-990, 2002.

Submetido em: 14/01/2013

Aceito em: 06/07/2013

TRABALHO RURAL, SAÚDE E AMBIENTE: AS NARRATIVAS DOS PRODUTORES DE FLOR FRENTE AOS RISCOS SOCIOAMBIENTAIS

MARINA FAVRIM GASPARINI, CARLOS MACHADO DE FREITAS

Resumo: O artigo insere-se na discussão acerca dos impactos socioambientais gerados pelas práticas agrícolas convencionais, apresentando as principais conclusões de uma pesquisa que analisou o processo produtivo de flores em duas localidades do município de Nova Friburgo (RJ), com ênfase na compreensão das percepções e atitudes dos produtores frente aos riscos associados ao processo de trabalho. Adotou-se uma abordagem qualitativa, que priorizou as narrativas dos produtores de flores como o principal meio de aproximação da pluralidade de perspectivas destes sujeitos. Em relação aos procedimentos de coleta de dados, foram utilizadas: entrevistas semiestruturadas, observação descritiva e diário de campo, além do levantamento de dados secundários. As evidências recolhidas indicam que os agrotóxicos se destacam como elemento central da produção e estão permeados por ambiguidades e dilemas. Nesse contexto, os diversos fatores inter-relacionados que atuam como determinantes desta situação são identificados e debatidos.

Palavras-chave: Trabalho rural; Riscos socioambientais; Percepção de risco; Agrotóxicos.

Abstract: The article is part of the discussion about the environmental impacts generated by conventional farming practices. It presents the main conclusions of a research which examined the process of production of flowers in two sites of the city of Nova Friburgo (RJ), with emphasis on the understanding of the perceptions and attitudes of producers face to the risks associated with their work. It was adopted a qualitative approach, that prioritized the narratives of flower producers as the main form of approximation of the plurality of perspectives of these subjects. In relation to data collection procedures were used semi-structured interviews, observation and descriptive field notes and secondary data review. The evidence collected indicates that pesticides stand out as a central element of production and are permeated by ambiguities and dilemmas. In this context, the various interrelated factors that act as determinants of this situation are identified and discussed.

Keyword: Rural work; Social and environmental risks; Risk perception; Pesticides.

Resumen: El presente artículo trata sobre la discusión de los impactos sociambientales generados por prácticas agrícolas convencionales. Presenta las principales conclusiones de una investigación del proceso productivo de flores en dos localidades del municipio de Nova Friburgo (RJ), haciendo énfasis en la comprensión de las percepciones y las actitudes de los productores frente a los riesgos en el proceso de trabajo. Fue adoptado un abordaje cualitativo, que priorizo las narrativas de los productores de flores como principal forma de aproximación de la pluralidad de perspectivas de estos sujetos. En relación a los procedimientos de colecta de datos, fueron usados entrevistas semi-estructuradas, observación descriptiva, diarios de campo y el levantamiento de datos secundarios. Las evidencias indican que los plaguicidas son un elemento central de la producción y están permeados por ambigüedades y dilemas. En este contexto, los diversos factores interrelacionados que actúan como determinantes de esta situación son debatidos.

Palabra clave: Trabajo rural; Riesgos socioambientales; Percepción del riesgo; Plaguicidas.
